## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO SUL

### ESTADO DO PARANÁ

PLENÁRIO PRESIDENTE VEREADOR MIGUEL RIBEIRO PICHETH



PROJETO DE LEI ORDINÁRIA LEGISLATIVO Nº 002/2019

Institui gratificações no âmbito do Poder Legislativo de São Mateus do Sul e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO SUL, Estado do Paraná, APROVOU, e Eu, Prefeito Municipal, SANCIONO a seguinte Lei:

**Art. 1°.** Ficam instituídas no âmbito da Câmara Municipal de São Mateus do Sul as gratificações, especiais e transitórias, a serem concedidas ao servidor público efetivo que se enquadrar em uma das situações discriminados a seguir:

- I Em consonância com o artigo 51 da Lei Federal Nº 8.666/93:
- a) Pela participação em comissão de licitação, na função de Presidente;
- b) Pela participação em comissão de licitação, na função de Membro;
- II Em consonância com o inciso IV do artigo 3º da Lei Federal nº 10.520/02:
- a) Pela nomeação como Pregoeiro oficial nas licitações modalidade Pregão;
- b) Pela participação em equipe de apoio, nas licitações modalidade Pregão;
- III Pela supervisão legislativa nas sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara.
- § 1°. O valor da gratificação prevista na alínea "a" do inciso I e alínea "a" do inciso II deste artigo será de R\$ 1.120,00 (um mil cento e vinte reais);
- § 2°. O valor da gratificação prevista na alínea "b" do inciso I e alínea "b" do inciso II deste artigo será de R\$ 845,00 (oitocentos e quarenta e cinco reais);
- § 3°. O valor da gratificação prevista no inciso III deste artigo será de R\$ 1.460,00 (um mil quatrocentos e sessenta reais):
- § 4º. As gratificações previstas no caput deste artigo não se incorporam ao vencimento ou salário do servidor para qualquer efeito e não poderão ser utilizadas como base de cálculo para quaisquer outras vantagens, inclusive para fins de cálculo dos proventos da aposentadoria e das pensões.

- § 5°. As gratificações previstas nos incisos I, II e III deste artigo não são cumulativas. Em ocorrendo a situação de o servidor se enquadrar em mais de um tipo de gratificação, a este será pago a de maior valor.
- § 6º. São requisitos para concessão das gratificações previstas nos incisos I, II e III deste artigo a formação em ensino de nível médio acompanhada de qualificação específica ou formação superior em uma das três áreas: Direito, Contabilidade ou Economia.
- § 7°. As gratificações previstas nos incisos I e II deste artigo serão pagas durante o período em que o servidor estiver designado para integrar a comissão.
- § 8°. A gratificação prevista no inciso III deste artigo será paga durante o período em que o servidor estiver designado a fazer a supervisão das sessões legislativas da Câmara.
- § 9º Para fins de 13º salário será computado o valor percebido como gratificação, vigente em dezembro, na ordem de 1/12 por mês em que o servidor tenha percebido a referida gratificação durante o ano correspondente.
- § 10 Para fins de férias, será computado o valor percebido como gratificação, na ordem de 1/12 por mês, acrescido de 1/3 (um terço), em que o servidor tenha percebido a referida gratificação durante o período aquisitivo correspondente.
- Art. 2°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de março de 2019.

Nereu Edmundo Dal Lago Presidente



# CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO SUL

#### ESTADO DO PARANÁ

PLENÁRIO PRESIDENTE VEREADOR MIGUEL RIBEIRO PICHETH

#### Justificativa:

O Projeto de Lei em apreço visa regulamentar as gratificações no âmbito do Poder Legislativo. Com a vinda do E-Social bem como o surgimento de novas decisões do Tribunal de Contas do Estado do Paraná as gratificações deixaram de ter um caráter subjetivo e passou a ter mais objetividade em sua concessão.

O Projeto de Lei, dessa forma, em consonância com o TCE visa fixar valores e critérios para a concessão.

Ante o exposto, contamos com os nobres pares na aprovação da Matéria.

Sala das Sessões, em 20 de março de 2019.

Nereu Edmundo Dal Lago Presidente